

“Revista de Educação Física” (1964-1985): materialidade, índice temático e produção sobre Educação Física escolar

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201800030443>

Bruno Duarte REI^{*/**}
Antônio Jorge Gonçalves SOARES^{***}
Sílvia Maria Agatti LÜDORF^{***}

* Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

A configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar é um campo de investigação ainda pouco explorado. Entre outros objetos, o que escapou aos poucos estudiosos do tema foi uma análise mais detida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes. Entre 1964 e 1985, foram publicados vinte e quatro números da “Revista de Educação Física” – desde 1932, veículo de comunicação oficial da Escola de Educação Física do Exército. Neste artigo – que é produto de pesquisa desenvolvida, de 2011 a 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro – faremos três movimentos. Primeiramente, examinaremos aspectos da materialidade das referidas edições. Em seguida, elaboraremos o índice temático dos artigos publicados. Por fim, apreciaremos a produção sobre Educação Física escolar. Assim, discutiremos o processo de construção e defesa da hipótese contida na pesquisa citada. Defendemos que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a “Revista de Educação Física” (1976-1979) caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil. Dentro dessa perspectiva, procuraremos demonstrar como é que, ao pôr em circulação concepções alternativas sobre o componente curricular, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar; Imprensa de educação e ensino; Lutas de representações; Ditadura militar (Brasil).

Introdução

A configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar é um campo de investigação ainda pouco explorado^{1,2}. Após levantamento bibliográfico, não detectamos, além dos trabalhos de BELTRAMI³, OLIVEIRA⁴, PINTO^{5,6}, ROSA⁷ e ARAÚJO⁸, outros estudos que abordam especificamente o assunto. Entre outros objetos, o que escapou aos poucos estudiosos do tema foi uma análise mais detida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes. Dos treze em circulação no país⁹, apenas a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984) – editada pelo

Ministério da Educação e Cultura – recebeu olhares mais detidos por parte de pesquisadores⁴.

Entre 1964 e 1985, foram publicados vinte e quatro números da “Revista de Educação Física” – desde 1932, editada pela Escola de Educação Física do Exército. Neste artigo – que é produto de pesquisa desenvolvida, de 2011 a 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹⁰ –, faremos três movimentos. Primeiramente, examinaremos aspectos da materialidade das referidas edições, como por exemplo: objetivos, expediente, colaboradores, público-alvo, âmbito de circulação,

ritmo de publicação etc. Em seguida, elaboraremos o índice temático dos artigos publicados. Por fim, apreciaremos a produção sobre Educação Física escolar.

Assim, discutiremos o processo de construção e defesa da hipótese contida na pesquisa citada, que, em seu estágio inicial, se pautava em um escopo mais amplo: analisar, de um modo geral, as concepções de Educação Física escolar que, durante a ditadura militar, foram difundidas pela “Revista de Educação Física”. Nossa ideia central era, mais precisamente, tentar demonstrar como é que o impresso constituiu-se, no período em questão, como um objeto material que visava intermediar a relação estabelecida entre os professores de Educação Física e os referenciais pedagógicos relativos a esse componente curricular que o regime militar pretendia implementar no Brasil.

Método

Ao mobilizarmos as edições da “Revista de Educação Física” (1964-1985), nos preocupamos em tomar o devido cuidado para entendermos seu conteúdo como representações, que, como sublinha CHARTIER¹¹⁻¹³, devem ser apreendidas em sua materialidade. Tal cuidado aponta para o desenvolvimento de uma operação metodológica que

Todavia, com o amadurecimento da pesquisa, optamos por redimensionar seu escopo e recorte temporal. Passamos a defender a hipótese que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a “Revista de Educação Física” (1976-1979) caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil. Procuramos demonstrar como é que, ao pôr em circulação concepções alternativas sobre o componente curricular, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

não se limita a extrair um ou outro texto isolado, por mais representativos que pareçam ser. Antes de mais nada, procuramos levar sempre em consideração o delineamento de uma análise circunstanciada do seu lugar de inserção, desenvolvendo, tal como sugere LUCA¹⁴, uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa.

Resultados e discussão

Em janeiro de 1964, após quatro anos de interrupção e poucos meses antes do golpe de Estado do dia 31 de março, volta a ser editada a “Revista de Educação Física”. Segundo o editorial da edição nº 93, que marca a reedição do periódico: “não foram poucas as dificuldades a superar para esse regresso, desde o desmedido custo de uma publicação dessa categoria, até a remontagem da organização para fazê-la funcionar”¹⁵. Todavia, a despeito dos obstáculos enfrentados, diz esse mesmo editorial: “o prêmio que recebemos, aí está: a revista em suas mãos e retomando a posição insubstituível de porta-voz de uma Escola, levando aos companheiros de farda e aos civis, algo do que produzimos”^{15,a}.

Entre 1964 e 1985, foram lançados, sob chancela da Escola de Educação Física do Exército e propriedade do Estado Maior do Exército, vinte e quatro números da “Revista de Educação Física” – da publicação nº 93 a nº 116. Com exceção das revistas

nº 94 e nº 95, ambas publicadas em 1964, todas as edições mencionadas estão disponíveis para consulta na Biblioteca Jayr Jordão Ramos, localizada no Centro de Capacitação Física do Exército. Durante o processo de localização das fontes mobilizadas neste artigo, observamos que a publicação nº 94 está disponível somente no formato digitalizado, podendo ser acessada no sítio eletrônico da “Revista de Educação Física”^c. Já no que tange à revista nº 95, FERREIRA NETO, MAIA e BERMOND¹⁶ afirmam que a mesma não existe mais.

Cabe, neste momento, abriremos parênteses para sublinhar que FERREIRA NETO, MAIA e BERMOND¹⁶ não apresentam uma sustentação empírica para a afirmação citada – fato que põe em xeque a informação divulgada pelos autores. De todo modo, após realização de exaustivo processo de buscas em sítios eletrônicos de repositórios nacionais e internacionais, não foi possível localizar a edição em

destaque – o que, evidentemente, não nos permite afirmar que a mesma não existe mais. Curiosamente, encontramos, na ficha técnica da edição nº 110 (1981), uma mensagem que expressa uma tentativa, por parte da direção do periódico, de recuperar determinadas edições perdidas, entre elas a nº 95:

A direção da Revista de Educação Física, no sentido de completar a coleção dos números antigos que se encontram na biblioteca da EsEFEx (Biblioteca Gen. Jayr Jordão Ramos), solicita àqueles que tiverem os números 87 (de 1958), 89 (de 1958) e 95 (de 1964) que, num ato de desprendimento e amor à Escola, façam estas doações, a fim de que toda a família da Educação Física possa se beneficiar culturalmente destas publicações. De antemão, agradecemos

a gentileza e a atenção dispensadas. Aqui fica o nosso “MUITO OBRIGADO”¹⁷.

A FIGURA 1, a seguir, representa o ritmo de publicação das edições da “Revista de Educação Física” lançadas entre 1964 e 1985. Como se pode observar, o impresso teve um ritmo de publicação irregular e sofreu três interrupções: a primeira ocorreu entre 1965 e 1966 – dois anos; a segunda entre 1968 e 1971 – quatro anos; e a terceira entre 1974 e 1975 – dois anos. De 1977 a 1981, houve estabilidade. Conseguiu-se publicar, sistematicamente, dois números por ano. Mais precisamente, um em cada semestre. No entanto, de 1982 a 1985, houve nova queda. Publicou-se um número por ano, com exceção do ano de 1984, que contou com uma edição em cada semestre.

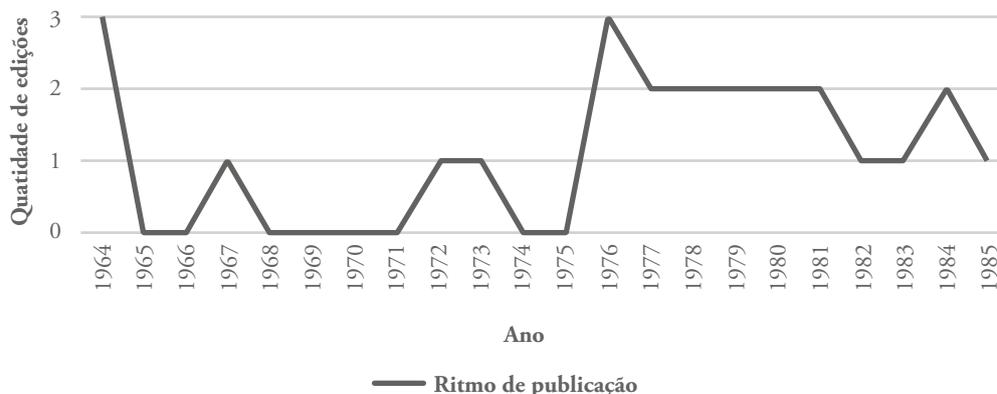


FIGURA 1 – Ritmo de publicação das edições da “Revista de Educação Física” (1964-1985).

A construção da FIGURA 1 nos auxiliou a propor periodizações. Percebemos que, de 1964 a 1985, o impresso vivenciou três fases. A primeira, que abrange o período entre 1964 e 1975, se caracteriza pelas dificuldades que permearam os anos iniciais do projeto de retomada da publicação, que, como já pontuamos, estava interrompida desde 1960. A partir da análise dos editoriais veiculados nesse período, observamos que os principais motivos de tais dificuldades eram a falta de recursos, materiais e humanos, destinados à equipe editorial da revista. O editorial da edição nº 96 (1967) sintetiza os desafios enfrentados pelo expediente da publicação:

A Revista de Educação Física, órgão oficial da Escola de Educação Física do Exército, tem sete fôlegos. Vem ela servindo, através do tempo, de veículo de difusão dos mais modernos

conhecimentos e técnicas neste particular setor educacional.

Mas, diante das vicissitudes a que, forçosamente, tem estado submetida, o papel de comunicação que lhe foi destinado por várias vezes sofreu soluções de continuidade.

Não raro com andar trôpego, algumas paradas mais ou menos longas, por deficiências incontáveis de pessoal e de material, chegou ela, no entanto, desde a sua fundação, em 1932, a editar 95 números, de conteúdo substancioso^{18,d}.

Outro aspecto que nos ajudou a definir a primeira fase foi o escopo do impresso. Observamos que a revista se propunha a ser uma publicação exclusivamente técnica, de leitura útil e permanente, que servisse tanto às Forças Armadas quanto aos civis interessados em Educação Física e/ou esportes.

Conforme publicado na folha de rosto da edição nº 98 (1973), o periódico, em sua primeira fase, apresentava como seus principais objetivos: (a) contribuir para o desenvolvimento da Educação Física e dos esportes no país, (b) propiciar condições para sua difusão e (c) construir um veículo para troca de ideias sobre esses aspectos¹⁹.

O editorial da revista nº 99 (1976) anuncia nova fase: “a Revista de Educação Física [...] circula [...] com o seu nonagésimo nono número, no afã de dar uma nova dimensão a sua mais legítima expressão técnica e cultural”^{20,e}. A partir desse momento, houve estabilização do ritmo de publicação da revista, que perdurou por cinco anos. Ademais, também houve mudança nos seus objetivos. O impresso passou a ser um espaço prioritariamente voltado para a veiculação de conhecimentos relativos ao campo esportivo, com ênfase em práticas esportivas de alto rendimento. A seguinte passagem, expressa no editorial da edição nº 102 (1977), resume os objetivos da segunda fase da publicação:

De caráter eminentemente técnico e contando com a valiosa colaboração de nomes ilustres e destacados do cenário desportivo, a nossa Revista procura superar-se a cada edição.

O nosso interesse está voltado exclusivamente para o desporto e para a cultura física. Aquilatar novos conhecimentos e modernizar nossas técnicas, inclusive atitudes, relacionadas com os desportos, são objetivos que procuramos alcançar e difundir. A Revista da Escola de Educação Física do Exército é o veículo que tem levado o sopro de nossas ideias a todos os recantos do Brasil e do mundo, predispondo-nos à busca de novos e importantes contatos^{21,f}.

A segunda fase abarca o período entre 1976 e 1980. Nesse recorte temporal, nos chamou a atenção, além da estabilidade do ritmo de publicação e das mudanças em seus objetivos, as conexões estabelecidas entre a publicação da revista e a necessidade de se consolidar as diretrizes expressas na Lei nº 6.251 e, principalmente, na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” – previstos para serem implementados no período entre 1976 e 1979^g. Tal relação pode ser observada nos editoriais publicados ao longo desses anos. Entre outros, podemos tomar como exemplo, novamente, um fragmento do editorial da edição nº 102:

Inaugurada no Brasil a nova Política Nacional de Educação Física e Desportos através do PNEFD (Plano Nacional de Educação Física e Desportos), cumpre-nos, como educadores físicos, divulgar e pesquisar conhecimentos específicos sobre a matéria a fim de que se possa, realmente, impulsionar e revigorar o estímulo governamental, abrindo caminhos e alargando horizontes às novas conveniências, que se configuram no elevado propósito de bem servir à comunidade desportiva.

[...] O nosso empenho é o de saber sempre mais e melhor e, por isso, acreditamos estar cumprindo a nossa missão quando sentimos que estamos evoluindo e contando, cada vez mais, com o apoio dos que convivem com as nossas aspirações²¹.

A partir do lançamento da edição nº 110 (1981), a revista entra em nova fase, que se estende, pelo menos, até 1985. Nesse período, há nova mudança nos seus objetivos, que voltam a estimular a discussão de questões que dizem respeito tanto ao campo da Educação Física quanto ao campo esportivo. A terceira fase também se caracteriza pela instabilidade no ritmo de publicação do impresso, bem como, de um modo geral, pelas dificuldades enfrentadas para viabilizar a sua própria edição. Sobre esse assunto, vejamos o que nos diz o Coronel Paulo Ney Machado Ramalho de Azevedo – comandante da Escola de Educação Física do Exército entre 1981 e 1985:

Todos sabem da dificuldade que é hoje em dia a manutenção de uma revista no padrão que todos desejam, em particular nos moldes que pretendemos que ela seja. Assim, cabe-nos agradecer àqueles que nos apoiam, em particular nossos anunciantes, que possibilitam a confecção da Revista da EsEFEx. Considerando tudo isso, torna-se difícil cumprirmos obrigações com assinantes e, desse modo, optamos por uma distribuição gratuita às Grandes Unidades do nosso Exército, a algumas unidades das demais Forças Singulares, escolas civis congêneres e a solicitação de entidades diversas. Os pedidos individuais são atendidos dentro do possível, através de um pagamento, que julgamos simbólico, na nossa Secção de Meios Auxiliares e Publicações (SMAP) ou pelo reembolso postal²².

Em um tom melancólico, o Coronel conclui o editorial:

Resta-nos dizer com satisfação que aqui continuaremos ao lado do penhasco do Pão de Açúcar, firmes como ele, a prosseguir no trabalho aqui iniciado a mais de 50 anos, em prol de uma formação cada vez melhor dos instrutores e dos monitores do Exército, Marinha, Aeronáutica, Forças Auxiliares, de Nações Amigas e no momento contribuindo com a Associação de Garantia do Atleta Profissional, com o Curso de Auxiliar de Treinador de Futebol.

Continuamos cooperando com o Esporte Brasileiro, em particular com o Voleibol Masculino; dentre as grandes conquistas obtidas em 1982, destacamos os títulos de Campeão do Mundialito no Rio de Janeiro e de Vice-Campeão Mundial em Buenos Aires.

Aqui estamos jovem fisicultor, jovem desportista, aguardando uma visita sua. Conheça a nossa Escola de Educação Física do Exército²².

A terceira fase foi um momento de decadência do projeto editorial. Isso fica claro quando direcionamos nossos olhares para os editoriais publicados no período. Tal declínio torna-se ainda mais nítido quando também lançamos luzes sobre o ritmo de publicação do impresso. Como se pode observar na FIGURA 1, após 1981, a revista vivenciou novo momento de instabilidade, que perdurou até 1986 – data de lançamento da edição nº 117. Posteriormente, o periódico interrompeu sua publicação por três anos, retomando suas atividades somente em 1990, com a divulgação do exemplar nº 118.

O expediente da “Revista de Educação Física” (1964-1985) foi composto por militares e empresas privadas. Dos seis números lançados na primeira fase, apenas três disponibilizam dados sobre recursos humanos. Essas edições – nº 93 (1964), nº 97 (1972) e nº 98 (1973) – possuem equipes editoriais compostas por cargos diversos. Oficiais vinculados à Escola de Educação Física do Exército exerceram os cargos de

diretor, redator-chefe, redator, tesoureiro, secretário e assistente da revista. Os serviços de edição, composição, impressão e administração ficaram sob responsabilidade da “Editora Arte Nova S/A”.

A primeira fase foi um momento de experimentação e instabilidade, em que muitos aspectos relativos à reprodução material do periódico foram constantemente reavaliados – inclusive, o modelo de composição de seu expediente. Na segunda e terceira fase, foram poucas as variações observadas na equipe editorial. Informações sobre esse assunto passaram a ser divulgadas na ficha técnica de todos os números lançados. Em vista disso, observamos que, de 1976 a 1985, o expediente da revista foi composto pelos seguintes cargos: direção, assistência de direção, edição, planejamento, redação, publicidade, composição e impressão.

A direção foi sempre ocupada por oficiais da Escola de Educação Física do Exército. Entre 1982 e 1985, momento de declínio do projeto editorial, houve a inclusão do cargo de assistente de direção, também sempre ocupado por oficiais da instituição. Na segunda e terceira fase, os serviços de edição, planejamento, redação e publicidade foram prestados pela “ARPEPP: Assessoria de Relações Públicas, Editora, Promoções e Publicidade Ltda.”. No que tange à composição e à impressão da revista, três empresas prestaram esses serviços: “Companhia Gráfica Lux”, “Companhia Brasileira de Artes Gráficas” e “JB Indústrias Gráficas Ltda.”.

De acordo com a TABELA 1, a seguir, foram publicados, de 1964 a 1985, trezentos e cinquenta e um artigos no periódico^h: duzentos e dezoito – 94,37% – por militares vinculados à Escola de Educação Física do Exército, dezenove – 55,88% – por professores de instituições de ensino superior, onze – 4,76% – por militares de outras unidades das Forças Armadas, oito – 23,52% – por professores de Educação Física, cinco – 14,70% – por dirigentes de entidades ligadas ao campo da Educação Física e/ou ao campo esportivo, dois – 0,86% – por militares estrangeiros, um por um médico e outro por um atleta – cada artigo expressa 2,94% do total.

TABELA 1 – Autores que publicaram na “Revista de Educação Física” (1964-1985).

Primeira fase (1964-1975)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Militares	45	50,00%
Civis	12	13,33%

Continua

Continuação

TABELA 1 – Autores que publicaram na “Revista de Educação Física” (1964-1985).

Primeira fase (1964-1975)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Sem identificação	33	36,66%
Total de artigos: 90		
Segunda fase (1976-1980)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Militares	126	69,61%
Civis	19	10,49%
Sem identificação	36	19,88%
Total de artigos: 181		
Terceira fase (1981-1985)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Militares	60	75,00%
Civis	3	3,75%
Sem identificação	17	21,25%
Total de artigos: 80		

Além do alto índice de textos sem identificação de autoria – 24,50% do total –, a presença de artigos assinados por autores estrangeiros foi um dado que nos chamou a atenção. Ao todo, foram detectados dezenove textos de autores de outras nacionalidades – 5,41%. Nas edições examinadas, há indícios de que a revista não teve seu âmbito de circulação restrito ao território nacional. Percebemos, principalmente nos editoriais divulgados na segunda e terceira fase, passagens que sugerem que a publicação também circulava no exterior. Entre outros, podemos tomar como exemplo o seguinte fragmento, contido no editorial da edição nº 106 (1979):

Estamos lançando mais um número de nossa Revista de Educação Física. A volumosa correspondência recebida de todos os rincões do Brasil e até mesmo do exterior, elogiando a atualidade, a profundidade e a excelência dos artigos publicados, nos enchem de compreensível orgulho e nos estimulam a prosseguir com redobrado entusiasmo na busca permanente do seu aprimoramento. Também é gratificante para nós constatar o sempre crescente número de solicitações de novas assinaturas, que chegam d'aquém e d'além mar²³,i.

As edições analisadas não possuem informações sobre tiragem. Entretanto, em grande parte delas, há informações sobre preço. O preço do exemplar nº 93 (1964) era de Cr\$ 250,00. O nº 96 (1967) custava Cr\$ 500,00. Do nº 97 (1972) até o nº 106 (1979), o periódico foi distribuído

gratuitamente. Do nº 107 (1979) até o nº 109 (1980), foi cobrado, em função do elevado custo de produção da revista, Cr\$ 25,00, por exemplar. Desde então, o preço das publicações passou a ser alterado com mais frequência: Cr\$ 40,00 – nº 110 (1981) e nº 111 (1981); Cr\$ 50,00 – nº 112 (1982); Cr\$ 150,00 – nº 113 (1983); Cr\$ 250,00 – nº 114 (1984); e Cr\$ 2.000,00 – nº 115 (1984) e nº 116 (1985).

Como já foi dito, a revista era um veículo de comunicação oficial da Escola de Educação Física do Exército. Sendo assim, não teria que necessariamente depender de recursos privados, pois seu custo de produção poderia ser arcado com recursos públicos. Todavia, em períodos de instabilidade, os leitores precisavam pagar para adquirir o impresso – contribuindo, dessa forma, para a manutenção da publicação. Outra fonte de captação de recursos eram os anúncios publicitários. A revista divulgava propagandas de produtos diversos: artigos esportivos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, computadores, passagens aéreas, planos de saúde, previdências privadas etc. Também eram diversas as empresas, públicas e privadas, que anunciavam no periódico: Adidas, Brahma, Eletrobrás, Embratel, IBM, Light, Petrobras, Shell, Topper etc.

A FIGURA 2, a seguir, nos ajuda a visualizar a distribuição dos anúncios publicitários veiculados na “Revista de Educação Física” (1964-1985). Como se pode verificar, foram divulgadas cento e vinte e duas propagandas: onze – 9,01% – na primeira

fase, oitenta e oito – 72,13% – na segunda e vinte e três – 18,85% – na terceira. Não foi possível detectar informações sobre os preços de divulgação de um anúncio publicitário, bem como sobre os usos dos recursos adquiridos por meio de publicidade. Porém, observamos, sobretudo nos editoriais das edições analisadas, que os recursos adquiridos através de propagandas eram tidos como de fundamental importância para a manutenção do periódico.

A TABELA 2, a seguir, representa o índice temático dos artigos publicados pela “Revista de Educação Física” (1964-1985). Ao todo, foram examinados trezentos e vinte e seis trabalhos, distribuídos em dezoito categorias. Os artigos contidos na revista nº 93 não foram categorizados, pois essa edição foi lançada em janeiro de 1964 – momento anterior ao golpe de 31 março. Como se vê, entre os trabalhos publicados, há uma predominância do tema “esporte”. Enquanto

a soma das categorias “treinamento esportivo” e “aprendizagem esportiva” resulta em 37,11% do total, a categoria “fundamentos pedagógicos da Educação Física”, foco de nossa análise, expressa somente 7,66%.

A FIGURA 3, a seguir, estabelece um mapeamento dos artigos que se inserem na categoria “fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Do total, seis – 24,00% – foram divulgados na primeira fase, dezoito – 72,00% – na segunda e apenas um – 4,00% – na terceira. Curiosamente, parte significativa dos textos enquadrados na referida categoria se concentra na segunda fase. Ou seja, em um momento em que a direção do periódico tentou restringir o seu público-alvo, que passou a ser, sobretudo, civis e militares interessados em aperfeiçoar seus conhecimentos sobre questões concernentes ao campo esportivo – notadamente, nas áreas de treinamento esportivo e medicina esportiva.

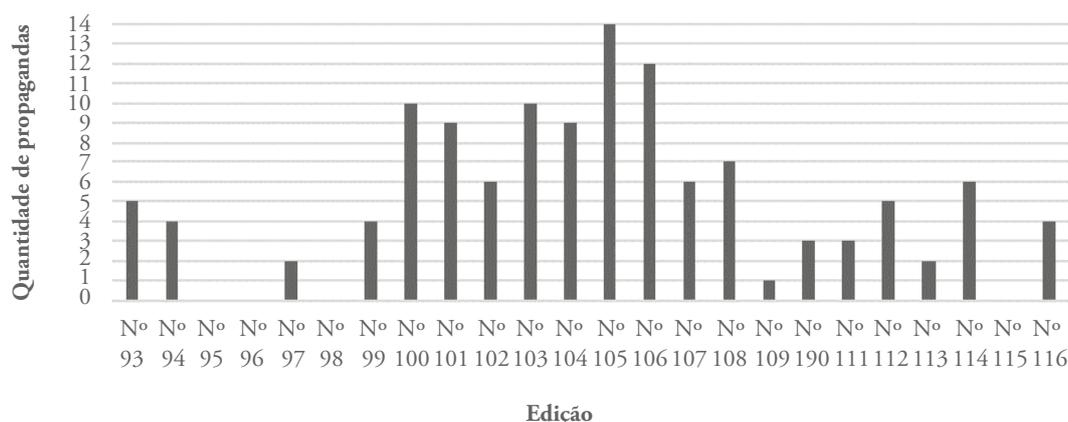


FIGURA 2 – Anúncios publicitários na “Revista de Educação Física” (1964-1985).

TABELA 2 – Índice temático da “Revista de Educação Física” (1964-1985).

Assunto	Número de artigos	Porcentagem
Treinamento esportivo	63	19,32%
Aprendizagem esportiva*	58	17,79%
Notícias sobre a Escola de Educação Física do Exército	39	11,96%
Medicina esportiva	31	9,50%
Eventos esportivos	29	8,89%
Atualização de recordes	26	7,97%
Fundamentos pedagógicos da Educação Física**	25	7,66%
Administração e organização de eventos esportivos	7	2,14%
Fisiologia do exercício	5	1,53%
Psicologia esportiva	5	1,53%
Eventos acadêmicos	4	1,22%

Continua

Continuação

TABELA 2 – Índice temático da “Revista de Educação Física” (1964-1985).

Assunto	Número de artigos	Porcentagem
Atividade física e saúde	3	0,92%
Biomecânica	3	0,92%
Estatística aplicada ao esporte	3	0,92%
Recreação	2	0,61%
Arquitetura esportiva	1	0,30%
Nutrição esportiva	1	0,30%
Outros***	21	6,44%
Total	326	100%

* Incluímos nessa categoria trabalhos que abordam temas relacionados com o ensino e a aprendizagem de regras, táticas e técnicas de modalidades esportivas. Ao concordarmos com Oliveira,⁴ optamos por não inserir esses artigos na categoria “fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Como chama a atenção o autor, essas publicações nada mais fazem do que prescrever séries de exercícios de aprendizagem e fixação de regras, técnicas e táticas voltadas exclusivamente para a melhora do desempenho esportivo, o que pode ou não ocorrer no interior da instituição escolar.
 ** De acordo com Schneider,²⁵ incluímos nessa categoria trabalhos que abordam temas que podem servir como referência para o professor de Educação Física planejar e/ou executar as suas aulas. Dentro dessa perspectiva, agrupamos nesse eixo temático artigos que debatem assuntos como: concepções de Educação Física, possibilidades de intervenções didático-pedagógicas, políticas públicas, legislação, cartas e manifestos de entidades ligadas ao campo da Educação Física, História e Educação Física, Sociologia e Educação Física, Filosofia e Educação Física etc.
 *** Incluímos nessa categoria trabalhos que abordam temas que não se enquadram em nenhum dos eixos temáticos criados, como por exemplo: listagem de livros e periódicos especializados em Educação Física e esportes, relatos de experiências, notas de pesar etc.

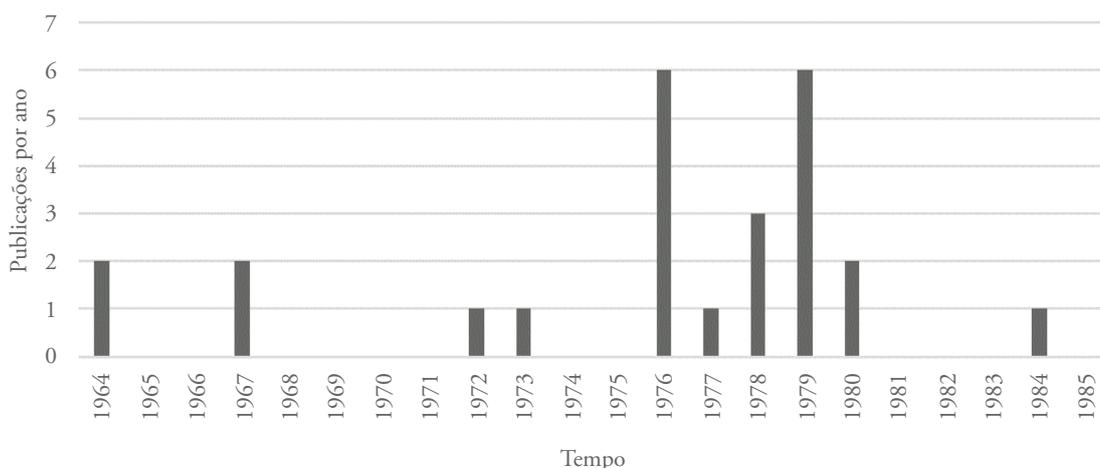


FIGURA 3 – Artigos sobre “fundamentos pedagógicos da Educação Física” na “Revista de Educação Física” (1964-1985).

A análise da materialidade e dos temas debatidos no impresso foi de fundamental importância para o redimensionamento do escopo de nossa pesquisa, bem como para definição de um novo recorte temporal. A partir dessa operação metodológica, percebemos que, entre 1976 e 1979, se concentraram, afora a maioria, os artigos mais densos da categoria “fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Além disso, essa periodização coincide com a fase de maior estabilidade do projeto editorial da “Revista de Educação Física” (1964-1985) e, também, com os anos de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Entre 1976 e 1979, foi difundida uma nova concepção oficial de Educação Física escolar no Brasil, que se pautava nas orientações contidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”^k. Ao fixar a ação do Ministério da Educação e Cultura na área de Educação Física e

esportes, tais documentos avaliaram, entre outros aspectos, a possibilidade de se implantar duas doutrinas voltadas para o desenvolvimento desse setor: o Pragmatismo ou o Dogmatismo. Contida na dita “Política”, a seguinte citação nos ajuda a compreender o foco dessas doutrinas, bem como algumas de suas convergências e divergências:

[...] podem ser sintetizadas em duas as doutrinas adotadas pelos países na condução de sua política de desportos: o Pragmatismo, que orienta o indivíduo para o resultado – a competição, e o Dogmatismo, que adota posição diversa, orientando a prática de Educação Física e desportos para fins educacionais. Onde pode ser claramente observada a diferença entre as duas doutrinas é na Educação Física escolar, interpretada pelo Pragmatismo como iniciação desportiva, ao

passo que o Dogmatismo estabelece apenas a educação do movimento, até cerca de dez anos. Entretanto, ambas as concepções convergem para a prática da Educação Física ou desporto de massa, derivando daí o desporto de alto nível, característica das competições nacionais e internacionais²⁴.

A “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” assumem que, levando em consideração as condições do Brasil, a escolha pela doutrina pragmática seria a mais apropriada. Mas também reconhecem que uma tendência mundial à adoção do Dogmatismo conduz à idealização de um modelo próprio de Pragmatismo, considerado como imune a confrontações. O modelo deveria explorar, para efeito imediato, algumas convergências entre a doutrina pragmática e a doutrina dogmática, bem como optar, a médio e longo prazo, por uma base estritamente dogmática. Em termos práticos, o modelo de Educação Física escolar idealizado pode ser descrito da seguinte maneira:

[...] a Educação Física estudantil tem início com a educação do movimento, na ênfase aos contatos com a natureza e em exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. A iniciação desportiva começará depois da faixa etária dos dez anos – 5ª série do 1º grau –, quando haverá a orientação para as atividades de massa ou para a competição de alto nível dentro do setor escolar. Essas últimas alternativas deverão ser incentivadas de imediato, visando-se à geração de estímulos indiretos para as atividades físicas da educação formal, fechando, assim, o ciclo de motivação e mobilização da população²⁴.

Apesar da intenção de se criar um modelo imune a confrontações, as orientações para a Educação Física escolar estabelecidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” apenas incorporam, nas séries iniciais de escolarização, alguns fundamentos da doutrina dogmática. Aliás, o principal ponto de distinção entre as duas doutrinas não foi eliminado: o entendimento de que a Educação Física escolar é a base do sistema esportivo nacional e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, treinamento e detecção de talentos esportivos. Como exemplo, vejamos o seguinte trecho da política em destaque:

Entende-se a Educação Física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário. [...] Em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar. Tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderá, todavia, sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível. [...] Acresce que o desporto de massa cobre o hiato observado entre a Educação Física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular²⁴.

A “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” procuraram estabelecer os fundamentos e as condições objetivas necessárias para a implantação de um novo modelo de Educação Física escolar no Brasil, que, em resumo, pode ser definido por três aspectos centrais: (a) pelo entendimento de que a Educação Física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, treinamento e detecção de talentos esportivos; (b) pelo uso de fundamentos do Dogmatismo nas séries iniciais de escolarização – notadamente, o trabalho focado no processo de desenvolvimento motor dos educandos; e (c) pelo uso de fundamentos do Pragmatismo a partir do quinto ano de escolarização – notadamente, o trabalho focado na iniciação esportiva propriamente dita.

Como já mencionamos, entre 1976 e 1979, há uma relação estabelecida entre a publicação da “Revista de Educação Física” e a necessidade de se consolidar as orientações veiculadas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Vale lembrarmos que tal relação pode ser percebida nos editoriais divulgados durante esse recorte temporal, que explicitam, entre outras coisas, um dos objetivos centrais do periódico: por em circulação conhecimentos úteis para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados para a área de Educação Física e esportes.

Apesar do objetivo citado, o impresso não pode ser caracterizado como um mero instrumento de propagação das diretrizes oficiais formuladas para a Educação Física escolar. Afinal, a revista também abria espaço para trabalhos que defendiam posicionamentos contrários aos expressos nas políticas oficiais.

A TABELA 3, a seguir, nos ajuda a visualizar, entre as publicações sobre “fundamentos pedagógicos da Educação Física”, as que são consonantes e as que são

antagônicas à concepção de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

TABELA 3 – Concepções de Educação Física escolar contidas nos artigos sobre “fundamentos pedagógicos da Educação Física” (1976-1979).

	Número de artigos	Porcentagem
Artigos consonantes à concepção oficial de Educação Física escolar	7	43,75%
Artigos antagônicos à concepção oficial de Educação Física escolar	9	56,25%
Total de artigos: 16		

Diante da TABELA 3, observamos que os artigos alinhados com o modelo oficial de Educação Física escolar expressam apenas parte das publicações sobre “fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Inclusive, a maioria dos trabalhos que tratam do assunto apresenta pontos de vista contrários aos defendidos na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. De um total de dezesseis artigos, sete – 43,75% – podem ser classificados como consonantes à concepção oficial. Por outro lado, nove – 56,25% – podem ser classificados como antagônicos.

Dos sete trabalhos que expressam visões alinhadas com as oficiais, quatro apresentam propostas que buscavam aperfeiçoar o sistema esportivo nacional. Entre esses artigos, podemos tomar como exemplo o intitulado “Esporte amador: a busca de bons resultados”, de autoria do Major Rômulo Bini Pereira – ex-instrutor da Escola de Educação Física do Exército. Nesse texto, é possível perceber que o autor se posiciona contra determinadas especificidades do modelo oficial de Educação Física escolar. Vejamos, a seguir, as conclusões estabelecidas por PEREIRA:

Nos fundamentos e diretrizes de nossa legislação esportiva – Política e Plano Nacional de Educação Física e Desportos – o governo brasileiro estabeleceu a doutrina PRAGMÁTICA e a gestão MISTA como orientadores e condutores de nosso sistema esportivo.

O primeiro – doutrina pragmática – realça a importância do resultado em nosso esporte, e o segundo – gestão mista – permite a convivência harmônica entre as iniciativas governamentais e as de cunho privado.

Neste trabalho, procuramos manter as propostas apresentadas o mais próximo possível destes dois

orientadores. Sem podermos evitar o caráter de generalização em algumas delas, a doutrina PRAGMÁTICA e, em especial, a gestão MISTA, estão presentes em nossas propostas. Assim o fizemos por acreditar que a nossa legislação esportiva, em seu todo, é coerente com a nossa realidade política, social e econômica e possível de nos conduzir a uma posição de destaque a nível mundial.³⁰

Entretanto, diz o autor:

[...] em nossos dias o esporte de competição desenvolve-se a um ritmo crescente. E se desenvolve em razão de um dado incontestável: o esporte de competição e o seu produto, o resultado, é um fator de projeção nacional. [...] Acreditamos que nesse momento a principal componente e condutora de qualquer modelo esportivo, a ação governamental, deverá estar presente. Uma presença que em nosso país teria início no próprio campo da Educação Física, com uma opção favorável ao esporte de alto nível.

No amplo número de componentes deste campo, todos de validade inquestionável, é impossível uma ação governamental concreta e equilibrada. É necessário optar em qual delas a ação será prioritária. E a melhor opção é o esporte de alto nível.

[...] É ele que representa o início e o fim de todo o processo esportivo, através dos resultados dos grandes atletas e das grandes equipes. É ele que orienta o jovem para o esporte, para um maior número de praticantes e de adeptos, para uma maior divulgação e para o surgimento de iniciativas em auxílio às governamentais.³⁰

Ainda que por dentro de um viés pragmático, Pereira endereça críticas à organização do sistema esportivo brasileiro. O autor acredita ser impossível delinear uma ação governamental que consiga conciliar, de um modo equilibrado e concreto, o Pragmatismo e o Dogmatismo, por ele concebidos como duas doutrinas antagônicas. Dentro dessa perspectiva, o Pereira defende a adoção de uma abordagem da Educação Física escolar estritamente pragmática. Isso é, sem a incorporação de fundamentos dogmáticos e fortemente comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto nível.

Em que pese as críticas contidas no trabalho em questão, acreditamos que ele não pode ser classificado como antagônico ao modelo oficial de Educação Física escolar. Afinal, seu autor está mais preocupado em aperfeiçoar o referido modelo do que propor algo que vá de encontro ao seu fundamento central: o entendimento de que a Educação Física escolar deve ser a base do sistema esportivo nacional e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, treinamento e detecção de talentos esportivos.

Três dos sete artigos que expressam visões alinhadas com as oficiais formulam reflexões sobre questões relativas ao plano das práticas pedagógicas cotidianas dos professores de Educação Física^m. A concepção de que a Educação Física escolar é a base do sistema esportivo nacional também está presente nesses trabalhos. Vejamos, por exemplo, a citação abaixo, que é trecho do artigo denominado “Treinamento em circuito racionalizado para o voleibol”, de autoria do Capitão Paulo Sérgio Oliveira da Rocha – instrutor da Escola de Educação Física do Exército:

No Brasil, o fato dos clubes se constituírem indevidamente na “célula mater” do esporte de elite obriga os técnicos a tornarem-se verdadeiramente engenhosos na aplicação de formas de treinamento, uma vez que não existe tempo hábil para que se processe um trabalho metódico, racional e sistematizado, quando várias são as categorias de jovens a treinar no mesmo espaço físico e dentro de uma mesma agremiação atlética.

Em virtude disso nos propomos a apresentar uma forma de trabalho motivante que possa ser ministrada tanto em agremiações atléticas como em estabelecimentos de ensino, principalmente no 2º grau.

Este treinamento em circuito se consagrou com a Seleção Brasileira de Voleibol, quando da realização dos XXI Jogos Olímpicos de

Montreal, e continua sendo ministrado à atual equipe brasileira com pequenas modificações.^{32:69}

O plano de trabalho proposto por Rocha foi feito para ser aplicado em estabelecimentos de ensino e/ou em agremiações esportivas. Para o autor, o treinamento esportivo é uma prática digna de ser desenvolvida tanto em espaços escolares – mais precisamente, nas aulas de Educação Física – quanto em espaços clubísticos. Aliás, o principal argumento de legitimação de sua proposta é o uso bem-sucedido do treinamento em circuito pela Seleção Brasileira de Voleibol nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal. Ou seja, não é o êxito em uma experiência escolar que fundamenta a importância do seu plano de trabalho, mas sim o sucesso alcançado em uma competição esportiva.

Em que pese suas diferenças, há, nos dois artigos mencionados, um alinhamento com o Pragmatismo. É possível perceber claramente que tanto Pereira quanto Rocha entendem que a Educação Física escolar não deve ter como objetivo principal a formação integral dos educandos, conforme propõe, por exemplo, o Dogmatismo. Para esses autores, bem como para os demais que se aproximam da concepção oficial, o escopo central da Educação Física escolar é a formação de atletas de alto rendimento, tal como reza a doutrina pragmática.

Dos nove trabalhos que apresentam visões contrárias às oficiais, quatro formulam reflexões sobre questões inerentes ao plano das práticas pedagógicas cotidianas dos professores de Educação Física. Em grande parte dessas publicações, uma característica nos chamou a atenção: as críticas endereçadas ao Pragmatismo e às ações governamentais tomadas na área de Educação Física e esportes. Como exemplo, vejamos o artigo intitulado “Educação Física: meio ou fim?”, de autoria de Manoel José Gomes Tubino – ex-aluno da Escola de Educação Física do Exército:

Na perspectiva internacional da Educação Física, qualquer tentativa de justaposição à realidade brasileira, dentro de uma observação das mais preliminares, estaria correndo o perigo de uma total inexequibilidade. Por exemplo, a adoção da orientação pragmática em regiões de pouco desenvolvimento socioeconômico seria investir sem receber resultados.

O nosso ponto de vista de educador não aceita, mesmo em “pólos de excelência” (São Paulo, por exemplo), a implantação pura e simples

de um movimento desportivo (orientação pragmática) sem uma implementação paralela de uma Educação Física com todas as suas manifestações de componente educacional.^{34:10}

Dentro dessa perspectiva, o autor avança com seus argumentos:

Nos últimos tempos, temos sido testemunhas de muitos fatos essencialmente pragmatistas e de poucas manifestações dogmatistas. O intercâmbio cultural Brasil-Alemanha de Educação Física, a campanha de São Paulo “Adote um Atleta”, os projetos de criação de Ministério dos Esportes e Batalhão Desportivo, etc., [SIC] fortalecem a nossa afirmação de que ainda não existe um posicionamento ideal no Brasil para a criação de uma concepção adequada da Educação Física.

Mas como o governo brasileiro mais do que nunca está visivelmente interessado em enfrentar os problemas da Educação Física nacional, as nossas esperanças estão reativadas para dias melhores.^{34:10}

Se no artigo de Tubino observamos uma análise mais geral das ações oficiais tomadas na área de Educação Física e esportes, em outras publicações percebemos apreciações mais específicas. Vejamos, por exemplo, o artigo denominado “Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I)”, que faz parte de um conjunto de cinco trabalhos que apresentam, por meio de análise de aspectos históricos da Educação Física e/ou do esporte, visões contrárias às oficiais. No referido artigo, Jayr Jordão Ramos – vice-presidente da *Fédération Internationale d'Education Physique* (FIEP) – afirma:

A célebre Teoria da Pirâmide [Esportiva], um tanto duvidosa e falsa em face da realidade dos fatos, deve ser analisada com inteligência. Melhor seria a representação por blocos superpostos. Na verdade, um grande campeão não resulta, progressivamente, da seleção oriunda do desporto escolar e de massa, embora neles possa ser descoberto.

[...] Na escola, desde o Jardim de Infância até a Universidade, caberá ao professor de Educação Física a ação principal na formação da juventude, havendo perigo se ela for concebida, unicamente, em função de altos rendimentos, com prejuízo para a maioria dos praticantes.

No nível universitário mundial, ao contrário do que muitos pensam, é quase inexistente a

obrigatoriedade da Educação Física. Somos favoráveis que sua prática seja facultativa, mas que nas Universidades devam existir ótimas instalações e um quadro de professores e técnicos bem qualificados para realização de qualquer atividade física, humanitária ou de alto nível.⁴¹

Defendendo o Dogmatismo, conclui o autor:

Nos dias vindouros, em virtude das dimensões políticas do fenômeno desportivo, continuará a luta pelas duas linhas de ação: Educação Física humanista e prática desportiva agonística. Elas representam a luta do humanismo contra o treinamento exagerado, do desenvolvimento físico racional contra a alta especialização desportiva, da doutrina contra o pragmatismo, da tradição pedagógica contra a busca de recordes, da filosofia do essencialismo contra o existencialismo, do desporto-jogo contra o de alta-competição. Por determinismo social, ambas as linhas subsistirão, não adiantando uma querer anular a outra. Os seus campos já se encontram perfeitamente definidos. [...] O desporto agonístico ou pragmático, baseado no esforço máximo e de superação, continuará na sua rota em busca de recordes e vitórias a qualquer preço, mas acreditamos que os verdadeiros educadores, intimamente ligados pelos princípios pedagógicos essenciais, saberão impor, em todos os países, uma Educação Física racional, harmoniosa e útil, estruturada para ser posta verdadeiramente a serviço do homem e da sociedade.⁴¹

Como se pode notar, para RAMOS, as iniciativas oficiais priorizavam um conjunto de aspectos que reduziam as potencialidades educacionais da Educação Física escolar – como, por exemplo, a competição exacerbada, a alta especialização esportiva, a busca da vitória a qualquer preço, a exclusão dos alunos menos aptos etc. Todavia, cabe sublinharmos que esse autor não condenava o uso do esporte para o alcance de finalidades educacionais, muito pelo contrário. Os alvos de suas críticas eram, mais precisamente, os efeitos, entendidos como nefastos, da submissão das aulas de Educação Física aos códigos do esporte de alto rendimento.

Como define TUBINO, a distinção entre Pragmatismo e Dogmatismo é simples: o Pragmatismo estrutura a Educação Física escolar tendo como objetivo final a medalha olímpica; e o Dogmatismo, apesar de não abrir mão do esporte, a estrutura tendo como objetivo final a educação integral. Entre essas duas

concepções, o posicionamento de RAMOS, assim como o dos demais autores que se alinhavam com a doutrina dogmática, é bastante claro. Para eles, a Educação Física escolar não deveria ser concebida como uma prática pedagógica estritamente comprometida com a formação de atletas de alto rendimento, mais sim com a formação integral dos escolares.

As críticas observadas nos trabalhos de Tubino e Ramos nos ajudam a compreender que estudar as edições da “Revista de Educação Física” (1976-1979) não significa apreciar exclusivamente a política do regime militar formulada para a Educação Física escolar brasileira. Mais do que isso, tal empreendimento caracteriza-se como uma experiência de análise de “lutas de representações”⁴³ travadas a fim de se conformar e/ou legitimar práticas exemplares daquilo que seus articulistas concebiam como Educação Física escolar^p.

O debate estava aberto e era marcado pelas disputas travadas por duas correntes de pensamento internacionais: de um lado, adeptos ao Pragmatismo propunham uma abordagem comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, destacando a relevância da Educação Física escolar para a formação de atletas profissionais; por outro, os adeptos ao Dogmatismo preconizavam a formação integral dos escolares, tomando por base a importância da Educação Física – e, de um modo geral, das práticas corporais – para o alcance desse objetivo.

Diante dessas duas orientações concorrendo em relação à construção de uma “cultura escolar”⁴⁴ para a Educação Física, a ditadura militar desenvolveu e pretendeu implementar, por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, um modelo híbrido, que mesclava fundamentos da doutrina pragmática e da doutrina dogmática. No entanto, esse modelo não conseguiu eliminar o principal ponto de conflito entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: o entendimento de que a Educação Física escolar é a base do sistema esportivo nacional e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, treinamento e detecção de talentos esportivos.

Nesse contexto, a “Revista de Educação Física” se propunha a ser um projeto editorial que visava pôr em circulação conhecimentos úteis para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados para a área de Educação Física e esportes. Entretanto, juntamente com o ideário oficial, o impresso também divulgava concepções antagônicas às oficiais. Aliás, maioria das publicações que abordavam questões concernentes à Educação

Física escolar, por exemplo, apresenta pontos de vista contrários aos expressos na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Em vista disso, nos parece ser possível afirmar que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a “Revista de Educação Física” caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979). Acreditamos que, ao pôr em circulação percepções alternativas sobre o componente curricular, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Definir o periódico como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979) não significa dizer que ele cumpriu efetivamente com essa função. Para fazermos tal afirmação, seria necessário examinarmos questões relacionadas com os processos de “apropriação”⁴⁵ dos conteúdos veiculados no impresso. Afinal, em que medida os professores que atuaram no período tiveram acesso às edições da revista? Dos que tiveram: quais apropriações fizeram das representações difundidas pelo periódico? Poderíamos afirmar que a publicação exerceu algum tipo de influência na prática pedagógica cotidiana desses docentes? Essas são questões que deixamos em aberto ao concluir este trabalho.

Em que pese os esforços entabulados na pesquisa aqui exposta¹⁰ e na desenvolvida por OLIVEIRA,⁴ reconhecemos que elas tratam de apenas dois dos treze periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam durante a ditadura militar⁹. Atualmente, continuamos nos empenhando para contribuir com o preenchimento da lacuna citada. Estamos analisando, afora as já estudadas “Revista de Educação Física” e “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”, todos os impressos especializados em Educação Física e esportes em circulação entre 1976 e 1979 – como já vimos, período de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Nossa intenção é verificar em que medida podemos estender a hipótese defendida sobre a “Revista de Educação Física” para a imprensa especializada em Educação Física e esportes em sua totalidade. Estamos apreciando, mais especificamente, os seguintes periódicos: “Artus/Revista de Educação

Física e Desportos” (1976-1979), “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), “Esporte e Educação” (1977), “Revista da Associação de Professores de Educação Física de São Paulo” (1978-1979) e “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979).

Ora, quais eram as concepções de Educação Física escolar que disputavam espaço e legitimidade nos referidos impressos? Em que medida, tais concepções se aproximavam do modelo oficial de Educação

Física escolar propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”? É possível sustentar que, mais do que uma porta-voz da ditadura militar, a imprensa especializada em Educação Física caracterizou-se, de um modo geral, como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)? Em resumo, são essas as questões sobre as quais nos debruçamos no momento⁹.

Abstract

Revista de Educação Física (1964-1985): materiality, thematic index, and production about Physical Education at school

The configuration of School Physical Education in the period of the military dictatorship is a field of investigation still little explored. Among other objects, what escaped the few scholars of the subject was a more detailed analysis of the specialized periodicals in Physical Education and sports. Between 1964 and 1985, twenty-four issues of the “Revista de Educação Física” were published – since 1932, the official communication vehicle of the Brazilian Army Physical Education School. In this article – which is a research product developed from 2011 to 2013, along with the Post-Graduation Program in Physical Education of the Federal University of Rio de Janeiro – we will make three movements. First, we will examine aspects of the materiality of those issues. Next, we will elaborate the thematic index of the published articles. Finally, we will appreciate the production on Physical Education in school. Thus, we will discuss the process of construction and defense of the hypothesis contained in the cited research. We have argued that the “Revista de Educação Física” (1976-1979) was more than a spokesperson for the military regime, potentially as an obstacle to the implementation of official school physical education strategies in Brazil. From this perspective, we will try to demonstrate how, by putting into circulation alternative conceptions about the curricular component, this form contradictorily generated conditions so that professionals in the area could appropriate different foundations of the model propagated by the military dictatorship through of the “Politics” and of the “National Plan of Physical Education and Sports”.

KEYWORDS: School Physical Education; Education and teaching press; Representations fights; Military dictatorship (Brazil).

Notas

- a. O editorial da edição nº 93 não foi assinado.
- b. Para mais informações, ver <www.ccfex.ensino.eb.br>.
- c. Para mais informações, ver <www.revistadeeducacaofisica.com.br>.
- d. O editorial da edição nº 96 não foi assinado.
- e. Esse editorial foi assinado pelo Coronel Glênio Pinheiro, comandante da Escola de Educação Física do Exército entre 1974 e 1977.
- f. Esse editorial foi assinado pelo Coronel Alzir Nunes Gay, comandante da Escola de Educação Física do Exército entre 1977 e 1979.
- g. Em 1975, entrou em vigor a Lei nº 6.251, instituindo, entre outras providências, normas gerais sobre a organização dos esportes no Brasil. De acordo com o seu artigo 6º, ficou sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura a elaboração

do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, atribuindo prioridade a programas de estímulo à prática esportiva de massa, ao esporte de alto nível e a Educação Física e o esporte estudantil. Tal empreendimento deveria ser elaborado conforme as diretrizes da “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, que apresentava como seus objetivos básicos: (a) o aprimoramento da aptidão física da população, (b) a elevação do nível dos esportes em todas as áreas, (c) a implantação e intensificação da prática dos esportes de massa, (d) a elevação do nível técnico-esportivo das representações nacionais e (e) a difusão dos esportes como forma de utilização do tempo de lazer. Para mais informações, ver referência nº 21.

- h. É importante destacarmos, assim como fez Oliveira⁴ ao analisar a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), que nem todos os trabalhos publicados na “Revista de Educação Física” (1964-1985) podem ser caracterizados como um artigo, no sentido acadêmico do termo. Tal como o autor, encontramos nas páginas da revista artigos, ensaios, relatos de experiências, manifestos etc. Ao optarmos pela denominação “artigos” consideramos, portanto, a nomenclatura editorial, que caracteriza todo trabalho publicado no periódico como artigo, sem estabelecer definições mais rígidas entre as diversas manifestações do discurso escrito.
- i. Esse editorial foi assinado pelo Coronel Acrísio Figueira, comandante da Escola de Educação Física do Exército entre 1979 e 1980.
- j. Inspirados pelo estudo de Oliveira,⁴:88-89 construímos a tabela 2, com a finalidade de cumprirmos um objetivo meramente descritivo. Ele não obedece a critérios técnicos predefinidos. O único critério utilizado para a classificação de uma publicação em um determinado eixo temático foi a preponderância de um tema sobre outro. Ainda conforme o autor, é importante mencionarmos que “critérios diferentes foram utilizados por Pereira (1983), que classificou os assuntos de forma cruzada. Ou seja, um mesmo assunto foi classificado em categorias diversas conforme suas interseções. [...] Como nem uma nem outra forma são capazes de encerrar a multiplicidade de possibilidades de classificação, [...] [optamos] pela alocação de cada assunto em uma categoria”.
- k. Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, ver referências nº 10 e nº 2610,26.
- l. Para mais informações, ver Santos²⁷, Caldas e Sevcic²⁸, Fuhr²⁹, e Pereira³⁰.
- m. Para mais informações, ver Wortmann³¹, Rocha³² e Perez, Rose Jr. e Bonjardim³³.
- n. Para mais informações, ver Tubino³⁴, Bielinski³⁵, Sauwen³⁶ e Iniciação³⁷.
- o. Para mais informações, ver Duarte³⁸, Dias³⁹, Montenegro⁴⁰, Ramos⁴¹ e Ramos⁴².
- p. Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, ver referências nº 10 e nº 2610,26.
- q. Para mais informações sobre esse novo projeto de pesquisa, ver referência nº 4646.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

1. Rei BD. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. *Rev. educ. fis/UEM*. 2012;23(3):483-497.
2. Oliveira MAT. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educ. Pesqui*. 2002;28(1):51-75.
3. Beltrami DM. A Educação Física na política educacional do Brasil pós-1964. Maringá: EDUEM; 2006.

4. Oliveira MAT. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco; 2003.
5. Pinto JF. Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos DEDINHO (1969-1974) [dissertação]. Minas Gerais (MG): Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais; 2003.
6. Pinto JF. Memórias de professores/as de Educação Física sobre formação e práticas pedagógicas (1950 a 1970) [tese]. Minas Gerais (MG): Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais; 2012.
7. Rosa JM. Nas vozes de um mesmo tempo: a Educação Física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi – RS [dissertação]. Santa Maria (RS): Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria; 2006.
8. Araújo WB, Silva SAPS. Professor de Educação Física e a ditadura militar no Brasil: comandante ou comandado? Jundiá: Paco Editorial; 2012.
9. Ferreira Neto A, Schneider O, Aroeira KP, Bosi F, Santos W. Catálogo de periódicos de Educação Física e esporte (1930-2000). Vitória: PROTEORIA; 2002.
10. Rei BD. Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979) [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2013.
11. Chartier R. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2a ed. Brasília: EUB; 1999.
12. Chartier R. O mundo como representação. *Estud. av.* 1991;5(11):173-191.
13. Chartier R. Do livro à leitura. In: Chartier R, organizador. Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade; 2009.
14. Luca TR. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky CB, organizador. Fontes históricas. São Paulo: Contexto; 2008.
15. Revista de Educação Física. Editorial. *Rev. educ. fis.* 1964;93:1.
16. Ferreira Neto A, Maia EM, Bermond MT. Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de Educação Física (1932-2002). *Movimento.* 2003;9(1): 91-118.
17. Revista de Educação Física. Atenção leitor. *Rev. educ. fis.* 1981;110:3.
18. Revista de Educação Física. Editorial. *Rev. educ. fis.* 1967;96:1.
19. Revista de Educação Física. Finalidade. *Rev. educ. fis.* 1972;98:[s. p.].
20. Pinheiro G. A nova dimensão: uma revista melhor, para uma educação maior. *Rev. educ. fis.* 1976;99:1.
21. Gay AN. Editorial. *Rev. educ. fis.* 1977;102:1.
22. Azevedo PNMR. Editorial: nossa revista – nossa EsEFEx. *Rev. educ. fis.* 1983;113:1.
23. Figueira A. Editorial. *Rev. educ. fis.* 1979;106:1.
24. Brasil. Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação; 1976.
25. Schneider O. Educação Physica (1932-1945): a arqueologia de um impresso. Vitória: EDUFES; 2010.
26. Rei BD, Soares AJG, Lüdorf SMA. Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979). *Educ. rev.* 2016;32:203-227.
27. Santos L. Estudos para a implantação de um serviço de medicina desportiva escolar (1º, 2º e 3º ciclos). *Rev. educ. fis.* 1976;101:17-19.
28. Caldas PRL, Sevcic P. Adote um atleta: uma esperança para o desporto amador. *Rev. educ. fis.* 1978;104:33-38.
29. Fuhr G. Medalha olímpica: uma olimpíada para todos. *Rev. educ. fis.* 1978;104:74-77.
30. Pereira RB. Esporte amador: a busca de bons resultados. *Rev. educ. fis.* 1979;107:17- 21.
31. Wortmann PR. O atletismo na preparação desportiva. *Rev. educ. fis.* 1978;105:58-62.
32. Rocha PSO. Treinamento em circuito racionalizado para o voleibol. *Rev. educ. fis.* 1979; 107:69-72.
33. Perez SM, Rose Júnior D, Bonjardim E. Condições de preparo de equipes colegiais para competições interescolares. *Rev. educ. fis.* 1979;106:22-28.
34. Tubino MJG. Educação Física: meio ou fim. *Rev. educ. fis.* 1976;100:8-10.
35. Bielinski RP. Atividade física, um direito de todos. *Rev. educ. fis.* 1976;100:16-25.
36. Sauwen I. A importância da recreação no mundo atual. *Rev. educ. fis.* 1976;100:46.
37. Iniciação esportiva: um trabalho de massificação. *Rev. educ. fis.* 1976;101:53.
38. Duarte CE. Educação Física e desportos. *Rev. educ. fis.* 1978;104:78-80.
39. Dias AA. História do treinamento físico desportivo. *Rev. educ. fis.* 1977;103:28-32.

40. Montenegro AJR. Mitologia grego-romana e a história da Educação Física. Revista de Educação Física. Rev. educ. fis. 1979;106:33-37.
41. Ramos JJ. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). Rev. educ. fis. 1979;106:15-20.
42. Ramos JJ. Os exercícios Físicos no tempo e no espaço (parte II). Rev. educ. fis. 1979;107:5-13.
43. Chartier R. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; 1988.
44. Julia D. A cultura escolar como objeto histórico. Rev. bras. hist. Educ. 2001;1:9-43.
45. Chartier R. A beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS; 2002.
46. Rei BD. Imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979): reflexões sobre uma proposta de estudo. Lec. educ. fis. dep. 2015;211:1-8.

ENDEREÇO

Bruno Duarte Rei
Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí
24220-900 – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
e-mail: br.duarterei@gmail.com

Recebido para publicação: 22/01/2015

1ª Revisão: 08/04/2016

2ª Revisão: 18/12/2016

Aceito: 30/01/2018